

PROCESSO ADMINISTRATIVO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2020.02.05.01

1 - ABERTURA:

Por ordem do Ilmo. Senhor Ordenado de Despesas da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA Sr. RAIMUNDO TEIXEIRA LIMA NETO, foi instaurado o presente processo de Inexigibilidade de licitação objetivando a **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO, PARA ATENDIMENTO A LEI 12.305/2010 E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PNRS, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA/CE**, em conformidade com o Projeto Básico/Termo de Referência anexo ao processo.

2- DA JUSTIFICATIVA:

O Aterro Sanitário **DFL SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA AMBIENTAL EIRELI** é o primeiro Aterro - licenciado pela Superintendência- Estadual do Meio Ambiente SEMACE para o recebimento de 1.500ton/dia de resíduos Sólidos procedente de estações de transbordo localizadas nos municípios da Região do Sertão Central e parte do Centro Sul. O local do aterro é geologicamente apropriado para este tipo de empreendimento. A regularização da Licença de operação foi embasada no parecer Técnico n. 560/2017- DICOP/GECON, REFERENTE À OPERACIONALIZAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO, SITUADO NA LOCALIDADE SITIO MASSAPÉ DISTRITO DE BONFIM NO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU.

A infraestrutura básica do aterro é composta por: um escritório, uma balança eletrônica rodoviária para 100ton, abastecimento de água por poço artesian, energia elétrica de alta tensão, guarita, portaria, galpão de manutenção, auditório com capacidade para 250 pessoas, biblioteca virtual e parte física, galpão de manutenção, dick de lavagem, quatro oficinas, dois almoxarifados, dormitórios, 9 banheiros, uma usina de triagem com capacidade para 200 ton/dia e prédio administrativo, equipe de trabalho no local composta por 37 funcionários, horário de funcionamento das 6:00h às 18:00 horas, de segunda a domingo, parque de máquinas no aterro composto basicamente, por dois Tis de cerca de 16 toneladas, duas escavadeiras frontal de esteiras, uma pá carregadeira, cinco caminhões basculantes de 12 m3 e um caminhão pipa de 7 m3, sete caminhões rollon de 34m3, 2 carretas basculantes de 50m3.

3 - DO FUNDAMENTO JURÍDICO:

Como é sabido, a Licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88, e da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvados os casos em que a administração **pode ou deve deixar de realizar licitação**, tornando-a dispensada, dispensável e inexigível.

"Art.37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.” E também, a seguinte:

[...]

XXI – ressaltados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

(Grifado para destaque)

Como regra, tem-se a obrigatoriedade de licitação para a celebração de contratos administrativos. Contudo, esta norma constitucional ressaltou algumas situações em que a Administração estará isenta de realizar o procedimento licitatório, situando-se aí a inexigibilidade de licitação, disciplinada no art. 25 da Lei Federal nº 8.66/93, alterada e consolidada, *ipsis literis*:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é

essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.”.

Da leitura do preceptivo legal invocado verifica-se que as hipóteses ali previstas são meramente exemplificativas, donde se conclui que qualquer caso que resulte em efetiva inviabilidade de competição ensejará a aplicação do art. 25 da Lei de Licitações, conforme a situação em concreto.

○ O Tribunal de Contas da União vem entendendo que o inciso I do art. 25 somente se aplica às compras, de forma que na contratação de serviços, o fundamento legal deverá ser o caput, posto que o inciso I apenas trata de compras – Decisão 63/1998 Plenário TC 300.061/95e Acórdão 1096/2007 Plenário.

Desta forma, a realização de licitação, neste caso, restaria inócua diante da impossibilidade legal de competição.

Sobre o tema, assim se manifestou Hely Lopes Meireles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, 2ª edição, São Paulo, Malheiros, pag. 257:

“Em todos esses casos a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem desejado pelo Poder Público ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne à realização do objeto do contrato.”

Do exposto, conclui-se possibilidade da contratação sob o manto do inciso I do art. 25 da Lei de Licitações.

○ **4 – DA RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA:**

Há inviabilidade de competição por tratar-se de empresa exclusiva em conformidade com a SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente na Região do Sertão Central, que atenda a necessidade dos Municípios da Região Centro Sul. A escolha recaiu sobre a empresa **DFL SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA AMBIENTAL EIRELI** por ser a única a atender o compromisso fixado na PNRS e a enviar proposta de preços para execução dos serviços no Município de Acopiara/CE, como também por ser exclusiva na região.

5 – DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO:

O valor apresentado pela empresa acima referida foi de R\$ 28.600,00 (Vinte oito mil e seiscentos reais) mensais, perfazendo o montante global de R\$ 314.600,00 (Trezentos e quatorze mil e seiscentos reais) para um período de 11 (onze) meses de execução por está compatível com a realidade mercadológica.

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Municipal deve ser meta permanente de qualquer administração.



Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, sendo a justificativa do preço um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos, a teor do inciso III, do parágrafo único do artigo 26 da lei de licitações.

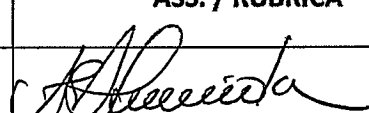


6 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O Contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da assinatura do Termo Contratual e vigorará por 11 (onze) meses.

7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS:

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal para o exercício de 2020 da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA classificada sob o código: 09.01.15.452.1501.2073 – 3.3.90.39.00 – FONTE: 100100 – RECURSO PRÓPRIO.


Acopiara, Ce 05 de Fevereiro de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO		
FUNÇÃO	NOME	ASS. / RUBRICA
PRESIDENTE	ANTÔNIA ELZA ALMEIDA DA SILVA	
MEMBRO	IRINETE DA SILVA BARROS	
MEBRO	JOSEFA EVILANIA DA SILVA	

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

A Sra. ANTONIA ELZA ALMEIDA DA SILVA, PRESIDENTE DA CPL da PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando tudo o mais que consta do presente **Processo Administrativo nº. 2020.02.05.01**, vem emitir a presente **DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, fundamentada no Artigo 25, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, objetivando a **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO, PARA ATENDIMENTO A LEI 12.305/2010 E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PNRS, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA/CE**, em favor da empresa **DFL SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA AMBIENTAL EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.137.752/0001-48, sediada no Sítio Massapê, 153, Zona Rural, Senador Pompeu – Ce, em conformidade com o Projeto Básico/Termo de Referência e seus anexos, a serem executados pelo período de **11 (onze) meses**, a contar da ordem de serviço; **valor global de R\$ 314.600,00 (TREZENTOS E QUATORZE MIL E SEISCENTOS REAIS)**. Despesa a ser custeada com recursos devidamente alocados no orçamento municipal para o exercício de 2020 da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA classificada sob o código: **09.01.15.452.1501.2073 – 3.3.90.39.00 – FONTE: 100100 – RECURSO PRÓPRIO**. Dá conhecimento do inteiro teor da presente declaração, para que se proceda, se de acordo, à devida ratificação.

Acopiara, Ce 05 de Fevereiro de 2020.



ANTONIA ELZA ALMEIDA DA SILVA
PRESIDENTE DA CPL

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA do Município de Acopiara, Estado do Ceará, o Sr. **RAIMUNDO TEIXEIRA LIMA NETO**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina o artigo 26 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como considerando o que consta do **Processo Administrativo nº. 2020.02.05.01- INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, vem **RATIFICAR A DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** fundamentada no **Artigo 25, inciso I da Lei nº. 8.666/93**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO, PARA ATENDIMENTO A LEI 12.305/2010 E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PNRS, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA/CE**, em favor da empresa: **DFL SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA AMBIENTAL EIRELI** – inscrita no CNPJ nº **07.137.752/0001-48**, em conformidade com o Projeto Básico/Termo de Referência e seus anexos, a serem executados pelo período de **11 (onze) meses**, a contar da ordem de serviço. Valor global de **R\$ 314.600,00 (TREZENTOS E QUATORZE MIL E SEISCENTOS REAIS)**. A despesa será custeada com recursos devidamente alocados no orçamento municipal para o exercício de 2020 da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, classificados sob o código: **09.01.15.452.1501.2073 – 3.3.90.39.00 – FONTE: 100100 – RECURSO PRÓPRIO**. Determinando que se proceda à publicação do devido extrato na forma da lei.

Acopiara, Ce 05 de Fevereiro de 2020.



RAIMUNDO TEIXEIRA LIMA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Sra. ANTONIA ELZA ALMEIDA DA SILVA, PRESIDENTE DA CPL da PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA, Estado do Ceará, em cumprimento à ratificação procedida pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, faz publicar o extrato resumido do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** a seguir: **Processo nº. 2020.02.05.01. Fundamento legal:** Artigo 25, inciso I, da Lei nº. 8.666/93. **Objeto:** **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO, PARA ATENDIMENTO A LEI 12.305/2010 E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PNRS, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA/CE. Favorecido:** DFL SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA AMBIENTAL EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 07.137.752/0001-48, sediada no Sítio Massapê, 153, Zona Rural – Distrito de Bonfim – Senador Pompeu/ce; **Prazo de execução:** pelo período de **11 (onze) meses**, a contar da ordem de serviço; **Valor Global:** **R\$ 314.600,00 (TREZENTOS E QUATORZE MIL E SEISCENTOS REAIS); Fonte de Recursos e Dotação:** Recursos devidamente alocados no orçamento municipal para o exercício de 2020 da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, classificado sob o código: **09.01.15.452.1501.2073 – 3.3.90.39.00 – FONTE: 100100 – RECURSO PRÓPRIO.** Conforme Declaração de Inexigibilidade de Licitação.

Acopiara, Ce 05 de Fevereiro de 2020.



ANTONIA ELZA ALMEIDA DA SILVA
PRESIDENTE DA CPL